

ATA Nº 32

Ao dia nove do mês de fevereiro de 2020, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Portuguesa de Hipertensão (SPH), durante o 14º Congresso Português de Hipertensão e Risco Cardiovascular Global, que decorreu no Hotel Tivoli Marina, localizado em Vilamoura. Presidiu à Assembleia a Presidente da Assembleia Geral.

De acordo com a ordem de trabalhos, não havendo quórum à hora prevista, a Assembleia iniciou-se trinta minutos mais tarde, com o número de sócios presente.

A Assembleia seguiu a ordem de trabalhos:

- 1 – Leitura, discussão e aprovação da última ata da Assembleia Geral;
- 2 – Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2019;
- 3 – Informações gerais e outros assuntos.

Ponto 1 - Leitura, discussão e aprovação da última ata da Assembleia Geral;

O Secretário da Assembleia Geral procedeu à leitura da Ata nº 32 da Assembleia Geral Ordinária da SPH, realizada no dia vinte e três de março de 2019.

Fernando Pinto sugeriu a adoção de identificação com extensão uniforme nos nomes dos corpos sociais na ata, o que foi aceite.

Procedeu-se à votação da mesma, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2019

A Secretária Geral da SPH procedeu à leitura do referido relatório. No final, a Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra à Assembleia Geral.

Fernando Pinto lembrou que não deveriam constar títulos académicos no texto e alertou que também foi preletor no Congresso de Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade

Brasileira de Cardiologia e que era necessário corrigir a localização do 17º Congresso Anual da Sociedade Húngara de Hipertensão.

Foi notada a omissão de 1 elemento da comissão organizadora da 16ª edição da Summer School.

Em relação ao projeto " 2as Jornadas de Exercício Clínico", decorrido no Hotel Axis, foi recomendada reformulação da descrição do evento e colaboração para evitar erroneamente interpretação de tal como apoio da sociedade ao evento.

Manuel Carvalho Rodrigues questionou o número de inscitos no 13º Congresso e fonte desta informação, pedindo confirmação do número de inscitos.

Vítor Paixão Dias transmitiu que o número proveio do Secretariado e que seria confirmado. O Tesoureiro leu o relatório de contas do exercício de 2019.

João Saavedra transmitiu que deveria ser o Presidente do Conselho Fiscal a ler o relatório e que deveria ser lida a demonstração de resultados.

Fernando Gonçalves leu seguidamente a demonstração de resultados.

A Presidente da Assembleia Geral deu a palavra aos sócios.

João Saavedra pediu esclarecimento dos motivos para o saldo negativo.

Fernando Gonçalves respondeu que este saldo se deveu a diminuição das receitas, constando a resposta detalhada no relatório no Ponto 13 – Rédito e que a mudança era sobretudo motivada pela forma como foram contabilizadas as quotas em atraso.

Fernando Pinto comentou que existia também diferença importante nos honorários, no quadro 12 (2.250 euros versus 11.100 euros).

Vítor Paixão Dias esclareceu que o pagamento das bolsas é feito contra entrega de recibo e é contabilizado no item honorários, podendo transitar para o ano fiscal seguinte.

Teresa Rodrigues questionou motivo para acréscimo significativo do item Deslocações e Estadas.

Fernando Gonçalves informou que foi devido às iniciativas de internacionalização da Sociedade.

Vítor Paixão Dias realçou que houve diminuição das despesas noutros itens e que o projeto de internacionalização é uma aposta assumida e que o aumento do impacto no estrangeiro acarreta despesas.

João Saavedra pediu esclarecimento sobre quais os aumentos de internacionalização feitos, sendo respondido pelo Presidente da Sociedade que foi a presença nos Congressos Húngaro e Brasileiro.

Luís Martins defendeu a estratégia de internacionalização e que mais relevante seria esclarecer incongruências na forma como as quotas foram e serão contabilizadas futuramente, sendo importante uniformizar esta situação.

Manuel Carvalho Rodrigues informou que as quotas foram auditadas durante o seu mandato.

Fernando Pinto e João Saavedra reforçaram a importância de excluir da lista de sócios aqueles que não paguem as quotas.

Luís Bronze questionou a assembleia se deveriam ou não ser perdoadas dívidas de quotas acumuladas de vários anos. A assembleia concordou que a Direção deverá discutir esse assunto detalhadamente.

Posteriormente, Luís Bronze, expressou ainda preocupação pela diminuição da participação da indústria farmacêutica e conseqüente diminuição do rendimento dos congressos e questionou quais poderiam ser as estratégias a adotar para reverter essa tendência.

Foi expresso por Luís Martins que o "palco" diminuiu e que o número de inscritos este ano leva também à diminuição do interesse dos inscritos, pelo que seria importante pensar estrategicamente como aumentar futuramente o número de inscrições e que isso é que gerará aumento do interesse da indústria farmacêutica. Alertou ainda que a diminuição do número de dias do congresso levaria a menos possibilidades e a menor interesse da indústria farmacêutica.

Foi sugerido por Luís Bronze que é importante alargar a outras áreas temáticas, como a diabetes.

Seguidamente, foi efetuada a votação conjunta dos dois relatórios, verificando-se voto de abstenção de Rasiklal Ranchhod, zero votos contra e os restantes a favor, sendo por isso aprovados.

Ponto 3 – Informações gerais e outros assuntos

O Presidente da SPH, Vítor Paixão Dias, pediu a palavra e informou que a SPH recebeu um convite do Centro de Congressos de Lisboa para concorrer à organização do Congresso Europeu de Hipertensão em 2024 e pediu opinião da Assembleia sobre como proceder.

Fernando Pinto alertou que a SPH já concorreu três vezes a esta organização e que foi recusada e que pessoalmente não daria apoio a esta iniciativa.

João Saavedra concordou em aceitar a reunião com o Centro de Congressos.

Foi alertado por Luís Martins que este convite vem do Centro de Congresso e não da Sociedade Europeia de Hipertensão, sendo contra esta iniciativa, nomeadamente por o Centro de Congressos não reduzir preços em candidaturas prévias e existir um risco financeiro inerente à organização deste congresso europeu. Considerou também que a localização no Algarve seria mais vantajosa do que Lisboa, do ponto de vista logístico e monetário.

Houve apoio de Manuel Carvalho Rodrigues a Fernando Pinto e a Luís Martins na recusa, face às recusas prévias e ao risco atual da organização.

Foi votada pela Assembleia a hipótese de reunir com o Centro de Congressos de Lisboa, recebendo três votos de abstenção (Paula Felgueiras, Joana Monteiro e Vítor Paixão Dias), zero a favor e todos os restantes contra.

Seguidamente, Vítor Paixão Dias pediu a palavra para discutir a possibilidade de passagem da SPH a pessoa coletiva de utilidade pública, explicando as vantagens e as desvantagens.

Luís Bronze alertou para com isto ficar sujeito a auditoria do Tribunal de Contas.

Foi informado por Manuel Carvalho Rodrigues que no seu mandato já foi feita auditoria externa, o que permite avançar neste projeto e concordou com a iniciativa.

Luís Martins e Fernando Pinto expressaram também a sua concordância.

Esta proposta foi votada e aprovada por unanimidade.

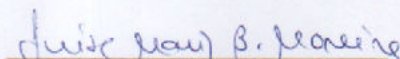
Foi por fim novamente dada a palavra à Assembleia e não havendo outros assuntos a abordar, foi encerrada a Assembleia.

ACTAS

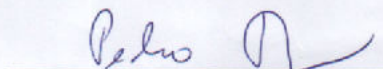
Página 22

Nome da Empresa: SOCIEDADE PORTUGUESA DE HIPERTENSÃO
Nº de Identificação Fiscal: 505798778

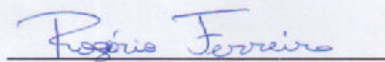
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral


Luísa Moreira

Vice-Presidente


Pedro Damião

O Secretário


Rogério Ferreira